

# GRANDES PROJETOS: NEOEXTRATIVISMO E ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO A PARTIR DO CASO DA EMPRESA TOTALENERGIES

**GT 11** – Grandes Projetos: violação de direitos socioambientais, resistências e estratégias de dominação no sul global

MARIA ALVES MAFRA

Universidade Federal Fluminense

marialmafra@outlook.com

## Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a atuação da TotalEnergies como expressão paradigmática do poder corporativo global, analisando como a empresa tem reformulado suas estratégias e discursos sob a lógica do capitalismo verde. Nesse sentido, examina-se de que forma a corporação francesa amplia seu poder político e territorial em contextos do Sul Global, articulando retóricas de transição energética, desenvolvimento sustentável e economia verde à financeirização da natureza e à captura de políticas públicas. A pesquisa propõe compreender a arquitetura da impunidade que sustenta essa atuação, observando as relações da empresa com os Estados, as estratégias de comunicação climática, a gestão empresarial de desastres e os mecanismos jurídicos que garantem sua permanência em zonas de sacrifício ambiental. O estudo também analisa as respostas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que desafiam esse modelo, tanto por meio de resistências locais quanto de litígios transnacionais. Ao evidenciar as contradições entre discurso e prática, a pesquisa contribui para o debate crítico sobre justiça ambiental e os limites da regulação estatal frente às dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

**Palavras-chave:** financeirização da natureza; transição energética; justiça ambiental; estratégias corporativas.

## Highlights:

1. A TotalEnergies, tradicionalmente associada à exploração de combustíveis fósseis, reposiciona sua imagem por meio do discurso da transição energética, sem romper com a lógica extrativista. A pesquisa analisa essa contradição e seus impactos nos territórios do Sul Global.
2. O estudo propõe o conceito de “arquitetura da impunidade” para descrever como a empresa se mantém em zonas de sacrifício ambiental por meio de alianças com Estados nacionais, gestão empresarial de desastres e estratégias jurídicas que favorecem a sua permanência.
3. A pesquisa mapeia as estratégias de enfrentamento por parte de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, incluindo ações judiciais transnacionais que desafiam o poder corporativo e propõem novas gramáticas jurídicas para a responsabilização climática.
4. A pesquisa propõe o conceito de “economia política do desastre” para analisar como eventos climáticos extremos e impactos ambientais são incorporados pelas corporações como variáveis de risco gerenciáveis, reforçando sua atuação em territórios vulnerabilizados.



**XII**  
**ENANPPAS**

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

## Introdução

Nas últimas décadas, a expansão de grandes projetos de infraestrutura e energia no Sul Global tem se intensificado sob o discurso de desenvolvimento sustentável, inserindo-se em uma dinâmica geopolítica marcada por assimetrias históricas, interesses corporativos transnacionais e retração das capacidades regulatórias dos Estados nacionais. Esses empreendimentos, frequentemente associados à exploração intensiva de recursos naturais e à reconfiguração de territórios em função de interesses externos, operam como vetores de profundas transformações socioambientais. Tal processo se inscreve em uma lógica de neoextrativismo, que combina antigas práticas coloniais de apropriação com novas estratégias de financeirização da natureza e greenwashing corporativo. A pesquisa ora apresentada se insere nesse contexto crítico, buscando compreender como tais projetos, ao se travestirem de soluções climáticas, muitas vezes reproduzem ou aprofundam desigualdades e injustiças, especialmente em territórios historicamente vulnerabilizados do Sul Global.

Mais especificamente, a pesquisa busca analisar criticamente a atuação de grandes projetos no Sul Global, com especial enfoque na atuação da empresa TotalEnergies como expressão paradigmática de um modelo de dominação corporativa que se reinventa sob a lógica do capitalismo verde. Referida lógica é aqui entendida como um regime de acumulação que busca conciliar a expansão do capital com discursos de sustentabilidade ambiental. Conforme apontam autores como Melissa Leach e Ian Scoones (2007), o capitalismo verde não rompe com a lógica extrativista, mas a reorganiza sob a promessa de compatibilização entre crescimento econômico, inovação tecnológica e conservação ambiental. Trata-se, portanto, de um modelo que, longe de enfrentar as causas estruturais da crise ecológica, promove a mercantilização da natureza e a legitimação de novas formas de controle corporativo sobre territórios, populações e recursos.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

2

A pesquisa propõe investigar como a multinacional francesa, historicamente associada à exploração de combustíveis fósseis e alvo de diversas denúncias por violações socioambientais, tem reconfigurado sua imagem e suas estratégias através de um discurso de transição energética, ao mesmo tempo em que aprofunda mecanismos de financeirização da natureza (como especulação fundiária sobre áreas de “valor ambiental”, os chamados green bonds [títulos verdes], e mercado de carbono) e a conversão de territórios em ativos de capital.

O estudo parte da constatação de que grandes corporações transnacionais, especialmente as ligadas ao setor de energia, vêm ampliando seu poder político e econômico em países do Sul Global, não apenas através da exploração de recursos naturais, mas por meio de alianças estratégicas, como a celebrada entre a TotalEnergies e a brasileira Casa dos Ventos.

A *joint venture* firmada em 2022, no valor de R\$ 12,6 bilhões, marca a entrada significativa da TotalEnergies no setor de energia renovável no Brasil, com a aquisição de 34% do braço de geração da empresa nacional: operação apresentada como um marco da "transição energética". Tal reconfiguração chama atenção às novas formas de apropriação territorial e de captura de políticas públicas ambientais por agentes privados, num contexto de retração do papel regulador do Estado, numa espécie de Estado-corporação (Marques, 2015).

Neste cenário, a pesquisa problematiza como essa atuação se insere em uma lógica global de neoextrativismo, marcada por zonas de sacrifício no Sul Global (Llavero-Pasquina, 2024), como exemplifica a tentativa de exploração de petróleo na Foz do Amazonas, e discursos verdes no Norte, que projetam uma fachada de responsabilidade climática.

Faz parte da discussão, ainda, compreender qual a relação entre essa corrida pelo pioneirismo na transição energética (situando a empresa como uma empresa de toda e qualquer espécie de energia, desde combustíveis fósseis até renováveis) e a captura do Estado pelo empresariado para formulação de políticas públicas. A atuação do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), do qual a empresa francesa faz parte, por exemplo, e o seu empenho em colocar o setor empresarial como viabilizador de políticas

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
**ENANPPAS**

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

3

públicas importa para compreensão dos conceitos formulados ao redor da crise climática, e o que seria responsabilidade climática dentro da lógica corporativa.

A análise se valerá de uma linha do tempo da empresa TotalEnergies, desde suas origens até sua atual reconfiguração, incluindo as denúncias e processos movidos na França por organizações da sociedade civil, como Notre Affaire à Tous, Sherpa, Zea e Les Eco Maires, que buscam responsabilizá-la judicialmente por seus impactos climáticos e ambientais, inclusive fora do território francês. Esses litígios evidenciam o surgimento de uma nova gramática jurídica e política em torno da proteção ambiental, protagonizada por atores não estatais frente à omissão ou conivência dos governos nacionais.

Assim, considerando que a pesquisa ainda está em andamento, o que se pretende é a compreensão de uma “arquitetura da impunidade” que sustenta o poder corporativo: estratégias de comunicação climática, uso instrumental de discursos sobre desenvolvimento sustentável e economia verde, e gestão de desastres como riscos empresariais. Assim, o projeto também dialoga com a noção de economia política do desastre, na qual os eventos extremos, muitas vezes intensificados ou causados por empreendimentos corporativos, são geridos não como tragédias coletivas, mas como externalidades contornáveis no balanço financeiro das empresas.

A relevância desta pesquisa se ancora, portanto, na urgência de desvelar as estruturas de dominação que se escondem sob a retórica da transição energética e da sustentabilidade corporativa, bem como de fortalecer a análise crítica sobre os novos instrumentos jurídicos, econômicos e discursivos que moldam a atuação de grandes empresas no Sul Global.

A viabilidade do estudo reside na riqueza empírica do caso TotalEnergies, na existência de litígios em curso e em fontes documentais acessíveis, além do respaldo teórico robusto sobre justiça ambiental, financeirização da natureza e poder corporativo global. Observa-se, contudo, que a maioria das bibliografias disponíveis sobre a atuação da TotalEnergies concentra-se em sua presença no exterior, sobretudo na Europa e em países africanos, em que sua atuação tem gerado crescente atenção crítica.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
**ENANPPAS**

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

## Metodologia

A pesquisa parte da análise da atuação da empresa TotalEnergies a partir do entrecruzamento de diferentes fontes e dimensões (discursiva, jurídica, institucional e territorial) buscando compreender como se consolidam as estratégias de dominação corporativa sob a lógica do capitalismo verde. O percurso metodológico se estrutura, portanto, a partir da articulação entre estudo de caso, análise documental e levantamento de conflitos, mobilizando uma leitura crítica sobre os discursos, práticas e efeitos concretos associados à expansão da empresa em territórios do Sul Global, em especial no Brasil.

Nesse processo, serão examinados documentos institucionais e peças publicitárias da própria TotalEnergies, discursos proferidos em eventos nacionais e internacionais sobre clima e energia, notas à imprensa, relatórios de sustentabilidade e conteúdos divulgados em espaços como o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável). O objetivo é compreender como a empresa mobiliza a retórica da sustentabilidade, da transição energética e da responsabilidade climática como instrumentos de legitimação de sua atuação, inclusive em contextos marcados por graves impactos socioambientais.

Além dos materiais produzidos pela própria empresa, também serão analisados documentos oficiais, como contratos públicos, pareceres técnicos e normas jurídicas nacionais e internacionais relacionadas à atuação do

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
**ENANPPAS**

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

5

setor energético. A pesquisa incorpora ainda a análise de litígios judiciais movidos contra a TotalEnergies, com especial atenção aos processos iniciados por organizações da sociedade civil na França, que têm buscado responsabilizar a empresa por violações ambientais transnacionais.

No caso brasileiro, a investigação se debruça sobre a joint venture firmada entre a TotalEnergies e a Casa dos Ventos, observando seus efeitos em termos de financeirização da natureza, apropriação de territórios e captura de políticas públicas. Serão sistematizadas informações sobre os empreendimentos associados à parceria, bem como analisadas as respostas estatais e a presença (ou ausência) de mecanismos de controle social sobre essas operações.

A pesquisa inclui, ainda, o mapeamento de conflitos socioambientais relacionados à presença da empresa no Brasil, especialmente aqueles que envolvem populações tradicionais e comunidades periféricas. A leitura desses conflitos será orientada por uma perspectiva que reconhece os desastres e os impactos ambientais não como eventos isolados, mas como processos sociais enraizados em desigualdades históricas e relações assimétricas de poder.

Ao longo da pesquisa, os dados e materiais reunidos serão tensionados à luz da bibliografia crítica sobre justiça ambiental, autoritarismo corporativo, financeirização e capitalismo de desastre, de modo a compor uma análise situada, que conecte discurso e prática, norma e experiência. A proposta é produzir uma leitura

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
**ENANPPAS**

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

6

comprometida com a desnaturalização da lógica empresarial dominante e com o fortalecimento de narrativas contra-hegemônicas sobre os conflitos socioambientais.

## Resultados e Discussão

A pesquisa, atualmente em fase de mapeamento dos conflitos socioambientais envolvendo a atuação da TotalEnergies no Brasil, já permite observar algumas tendências analíticas preliminares que sustentam a hipótese de que a presença de grandes empreendimentos não se limita a impactos ambientais mensuráveis, mas envolve processos mais profundos de reconfiguração simbólica, política e cultural dos territórios. Parte-se do pressuposto de que o avanço do neoextrativismo, mesmo quando travestido de transição energética e desenvolvimento sustentável, redefine a distribuição de poder nos territórios afetados, ampliando desigualdades históricas e provocando formas específicas de violência, muitas vezes lentas e invisibilizadas (Nixon, 2011).

Nesse contexto, os conflitos ambientais são compreendidos como expressão de diferentes projetos de mundo e modos de vida em disputa, manifestando-se a partir do choque entre uma racionalidade econômica utilitária, centrada na mercantilização da natureza, e formas tradicionais de habitar, cuidar e significar os territórios

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
**ENANPPAS**

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

7

(Zhou et al., 2016; Acelrad et al., 2009). A análise preliminar aponta que a atuação da TotalEnergies se insere em um modelo de gestão empresarial dos territórios, em que o lucro e a eficiência operam como justificativas para a desconsideração dos impactos socioambientais de longo prazo.

Nesse cenário, a produção da vulnerabilidade não pode ser dissociada das estruturas coloniais que conformam determinados modos de habitar e governar a terra (Ferdinand, 2022). A noção de "violência lenta" ajuda a compreender como os impactos dos grandes empreendimentos não se dão apenas nos momentos de implantação ou catástrofe, mas se estendem no tempo, silenciosos e persistentes, afetando de forma desproporcional os grupos já vulnerabilizados.

De forma convergente, Naomi Klein (2007) propõe a leitura dos desastres como momentos estratégicos de reorganização do capital, nos quais empresas se valem do caos e da urgência para consolidar práticas de apropriação e controle, muitas vezes sob o discurso da reconstrução ou da inovação sustentável. Tal perspectiva se mostra pertinente para analisar como a TotalEnergies, ao atuar em regiões marcadas por desigualdades históricas e ausência estatal, contribui para a naturalização de uma gestão assimétrica dos riscos e das oportunidades.

Ainda que o levantamento empírico esteja em curso, os dados já reunidos indicam que a atuação corporativa da TotalEnergies não pode ser dissociada da reprodução de um padrão de injustiça ambiental, no qual os

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
**ENANPPAS**

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

8

grupos locais, especialmente comunidades tradicionais, periféricas e racializadas, ocupam sistematicamente o lugar do sacrifício. A pesquisa avança, portanto, com o objetivo de identificar como esses conflitos têm se expressado localmente, bem como quais estratégias de resistência vêm sendo mobilizadas frente a essa lógica de dominação corporativa, articulando críticas políticas, jurídicas e simbólicas ao discurso hegemônico da transição energética.

## Referências

**ACOSTA, Virginia García.** Enfoques teóricos para el estudio histórico de los desastres naturales. México.: Los desastres no son naturales, 1993.

**ACSELRAD, Henri.** Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos avançados, v. 24, p. 103-119, 2010.

**ACSELRAD, Henri; MICHELOTTI, Fernando.** Neoextrativismo: entre critérios quantitativos e qualitativos. revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 26, p. e202430, 2024.

**CAPELA, Filipe.** Terminologia “desastres ambientais” não traduz a responsabilidade humana nesses eventos. Jornal da USP, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/terminologia-desastres-ambientais-nao-traduz-a-responsabilidade-humana-nesses-eventos/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

**GUDYNAS, E.** Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

9

**JARDIM, Lauro.** BHP tenta tirar pessoas com deficiência da ação de Mariana em Londres. O Globo, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/12/bhp-tenta-tirar-pessoas-com-deficiencia-da-acao-de-mariana-em-londres.ghtml>. Acesso em 31 de janeiro de 2025.

**LLAVERO-PASQUINA, Marcel et al.** The political ecology of oil and gas corporations: TotalEnergies and post-colonial exploitation to concentrate energy in industrial economies. *Energy Research & Social Science*, v. 109, p. 103434, 2024.

**MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana.** Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

**NIXON, Rob.** Slow violence, neoliberalism, and the environmental picaresque. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*, p. 45-67, 2011.

**Norma et al (org.).** Sociologia dos Desastres. Construção, interfaces e perspectivas no Brasil. Vol. I. São Carlos: RIMA Editora, 2009. pp. 3-18.

**Presidência da República.** Novo acordo de Mariana é homologado pelo STF. Governo do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/novo-acordo-de-mariana-e-homologado-pelo-stf>. Acesso em 27 de janeiro de 2025.

**SCOONES, Ian et al.** Dynamic systems and the challenge of sustainability. 2007.

**SVAMPA, M.** Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en America Latina. *Revista Nueva Sociedad*, [s. l.], n. 244, p. 30-46, marzo/abril 2013.

**UMSÓPLANETA.** CEO e diretores da petrolífera TotalEnergies são processados criminalmente por crise do clima. 2024. Disponível em <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2024/05/22/ceo-e-diretores-da-petrolifera-totalenergies-sao-processados-criminalmente-por-crise-do-clima.ghtml>. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:





**XII**  
**ENANPPAS**

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

10

**ZHOURI, Andréa et al.** O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e cultura*, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

Apoio:



Realização:



**anppas**  
Associação Nacional de Pós-Graduação  
e Pesquisa em Ambiente e Sociedade



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Saúde Global e  
Sustentabilidade



ProASaS

Financiamento:



CAPES



CNPq  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico